

REFLEXÃO SOBRE A PAREMIOGRAFIA A PROPÓSITO DOS PROVÉRBIOS DO MAR

Lucília Chacoto

INTRODUÇÃO

Em trabalho anterior, publicado em 2012, tivemos oportunidade de apontar algumas das lacunas que apresentam muitas das recolhas contemporâneas de provérbios. Dois dos aspetos referidos eram a presença de arcaísmos (regra geral não sinalizados) e a não identificação das fontes (não sendo facultada ao leitor/utilizador da recolha a informação de onde e quando cada provérbio fora recolhido). Cremos que ambos os aspetos estão relacionados e têm um impacto direto no conhecimento obtido a partir da consulta dessas recolhas (quer o objetivo da consulta seja a obtenção de dados para a realização de estudos paremiológicos, quer seja a tradução, ou qualquer outro).

Qualquer estudo linguístico deve trabalhar com dados datados e localizados¹¹¹. Trata-se de uma condição *sine qua non*, já que a língua varia no tempo e no espaço. Ora os provérbios fazem parte da língua e da cultura de um povo e, embora sejam frases fixas, apresentam variação resultante das mudanças linguísticas e culturais. Assim sendo, como podemos, em rigor, tirar conclusões a partir da análise destes dados linguísticos (e paremiológicos), se ignorarmos o local onde foram recolhidos e quando se procedeu a essa recolha? A mistura indiferenciada (e não sinalizada) de provérbios (quer de séculos distintos, quer de diferentes regiões) pode gerar confusão e induzir em erro o leitor/utilizador da recolha.

¹¹¹ Cf., nomeadamente, Mattos e Silva (2008, p. 9).

Com este trabalho, visamos analisar os provérbios portugueses sobre a temática do mar e, simultaneamente, cotejar esses mesmos provérbios, listados a partir de recolhas contemporâneas, com os que constam em recolhas dos séculos XVI e XVII, a fim de: a) averiguarmos a sua antiguidade; b) identificarmos as parémiias arcaicas que as recolhas contemporâneas ainda conservam; e c) descrevermos o tipo de arcaísmos que apresentam.

Para o estabelecimento do *corpus*, foram compulsadas sobretudo duas recolhas contemporâneas: *O Grande Livro dos Provérbios*, de José Pedro Machado (JPM), e *O Livro dos Provérbios Portugueses*¹¹², de José Ricardo Marques da Costa (RM). No total, foram reunidos 331 provérbios relativos ao mar¹¹³.

A fim de poder verificar quão antigos eram os provérbios listados, consultámos duas recolhas do séc. XVI e duas outras do séc. XVII, a saber: *Refranes o Proverbios en Romance*, de Hernán Núñez, publicado em 1555; *Provérbios e frases proverbiais do século XVI*, de Carlos Casanovas; *Adagios Portuguezes Reduzidos a Lvgares Commvns*, de António Delicado,

¹¹² José Pedro Machado, em *O Grande Livro dos Provérbios*, identificou por vezes os provérbios extraídos da obra de António Delicado e de algumas obras literárias, embora não o tenha feito sistematicamente. Verificamos, porém, que Ricardo Marques, na sua obra *O Livro dos Provérbios Portugueses*, ao incluir os provérbios coligidos por J. Pedro Machado, não conservou essa identificação da fonte (limitando-se a incluir na bibliografia as obras consultadas). As duas recolhas apresentam, além disso, algumas diferenças, quer estas resultem de erros de cópia, quer a fonte consultada por Ricardo Marques, para esses mesmos provérbios, tenha sido outra.

¹¹³ De salientar que, além das obras acima indicadas e que foram utilizadas para recolher a quase totalidade das parémiias populares que constituem o nosso *corpus*, dois provérbios (e uma variante) foram recolhidos na monografia de António dos Santos Graça (ASG), intitulada *O Poveiro – Usos, Costumes, Tradições, Lendas*, publicada em 1998; um provérbio foi recolhido da obra de Conceição Pires (CP) e um outro provérbio foi recolhido oralmente. A fonte de cada provérbio (e de cada variante) é sempre indicada após o mesmo.

publicado em 1651; e *Florilegio dos Modos de Fallar, e Adagios da Lingoa Portuguesa*, de Bento Pereira, publicado em 1655. Além destas recolhas (rifoneiros-acervo), e de acordo com Herón Pérez (1995) de que certas obras literárias podem e devem ser consideradas como “rifoneiros-literatura”, recorreremos ainda a duas obras de Jorge Ferreira Vasconcellos, a *Comédia Eufrosina* (1555) e a *Comédia Ulissipo* (escrita em 1561 ou até antes, pois consta do *Index* de 1561, mas de que apenas se conhecem a 2ª edição, publicada em 1618, por António de Noronha, genro do autor, e a 3ª edição, de 1787, de Bento José de Sousa Farinha, bem como as edições mais recentes). A atestação dos provérbios do mar nestas recolhas (entre as quais se encontram os primeiros adagiários em língua portuguesa) é relevante para determinar a sua antiguidade. Assim, sempre que nos foi possível atestar a existência de um provérbio no séc. XVI e/ou XVII, tal será indicado. Caso se encontrem variantes quinhentistas ou seiscentistas de um provérbio, elas serão explicitadas e descritas.

1. Análise

A análise das parémiias encontra-se organizada nos seguintes eixos temáticos: O mar (§ 1.); O sagrado e o mar (§ 1.1.); A importância do sal (§ 1.2.); O rio (§ 2.); A arte de marear e a tipologia das embarcações (§ 3.); A gente do mar e os seus ofícios (§ 4.); A atividade piscatória (§ 5.); O pescado (§ 6.).

§1. O mar

A localização geográfica de Portugal, situado no extremo ocidental do continente europeu e voltado para o Oceano Atlântico, contribuiu para a existência do laço ancestral e indissolúvel dos portugueses ao mar. A sua vasta costa marítima, torna Portugal um país aberto para o mar, para a sua exploração quer como recurso natural, quer como via

de acesso a outros portos, a outros povos e a outras culturas. Por essa razão, muitos são os provérbios relativos ao mar. Na impossibilidade de, no âmbito deste trabalho, analisarmos e descrevermos a totalidade dos provérbios listados, selecionámos aqueles que consideramos mais representativos.

A ideia da morte por afogamento, consequência ou não de naufrágio, surge no rifoneiro português como a principal razão para temer o mar. Por exemplo, o provérbio *Quem não for ao mar não se há-de afogar*. (JPM, p. 526) já existia no séc. XVII, apresentando em Delicado (1651, p. 35) a seguinte variante: *Quem nam entrar no mar, nam se affogará*. Note-se que as variantes diferem por: 1) a oração relativa sem antecedente apresentar um predicado diferente, embora semanticamente próximo (*ir ao mar e entrar no mar*, respetivamente); 2) a 1ª variante ter uma construção perifrástica com verbo auxiliar modal *haver de* + verbo principal *afogar* no infinitivo não-flexionado, enquanto que a 2ª variante tem o verbo *afogar* conjugado na 3ª p. sg. do futuro do modo indicativo. Também o provérbio *Quem não olha adiante, do mar que vir não se espante*. (RM, p. 699) apresenta uma variante atestada no séc. XVI: *Quem não olha adiante, dá, como batel, à costa*. (*Auto dos Dois Irmãos*, 399, *apud Casanovas*, p. 390, nº 3611). De salientar que ambas as variantes têm em comum o 1º membro do provérbio e o sentido figurado que consiste em aconselhar precaução.

Em Portugal, antes da construção dos caminhos ferroviários, a deslocação do interior para o litoral era morosa e não estava ao alcance de todos. Era frequente que quem vivesse afastado do litoral nunca tivesse visto o mar. Contudo, ninguém ignorava a sua existência ainda que por via indireta, por «ouvir dizer»: *Vi um homem que viu outro homem, que viu o mar*. (RM, p. 699), já assim em Delicado (1651, p. 105). No adagiário português, o mar é frequentemente enaltecido pela sua beleza: *Para teres vista bela, olha o mar e mora em terra*. (JPM, p. 450). Este

provérbio apresenta a variante seiscentista, atestada em Bento Pereira (1655, p. 117): *Pera ter a vista bella, olha o mar, & mora na terra*, que se distingue por apresentar, nomeadamente, a preposição arcaica *pera* e o verbo *ter* no infinitivo não-flexionado (ou impessoal). Semanticamente próximo, o provérbio *Vê o mar e está na terra*. (RM, p. 699), que, no séc. XVI, apresenta a variante *Vê o mar e sê na terra, viverás vida a prazer*. (*Auto de D. Luís e dos Turcos*, 583, *apud* Casanovas, p. 462, nº 4321) e que surge também registada em Delicado (1651, p. 165), embora sem a parte final que apresenta na obra vicentina: *Vê o mar, & sê na terra*. Este provérbio (com as suas variantes) atesta a mudança que ocorreu na história da língua portuguesa, a saber: a substituição do verbo *ser* por *estar* nas estruturas atributivas semanticamente transitórias (locativas e descritivas), que ocorre antes do séc. XVI¹¹⁴, embora ainda seja visível nas variantes quinhentista e seiscentista.

O mar é fonte de riqueza pelo pescado e facilita o comércio de curta e longa distância. Assim, os portos de mar palpitavam de vida e possibilitavam todo o tipo de negócios: *Quem quiser medrar viva em pé de serra ou porto de mar*. (JPM, p. 542). Este provérbio está atestado já em Delicado (1651, p. 74), embora apresente uma pequena variação: *Quem quiser medrar, viua em pé de serra ou em porto de mar*. Inversamente, um reino sem porto de mar não tinha economicamente tantas possibilidades, pois o comércio tinha de ser feito exclusivamente por terra. Daí que se diga: *Reino sem porto, chaminé sem fogo*. (JPM, p. 562), já assim em Delicado (1651, p. 167). Efetivamente, a sociedade medieval portuguesa estabelecia três vias possíveis para ascender socialmente: a Igreja (servir a Deus, ou seja, a via religiosa), o Mar (a via marítima)¹¹⁵ e o serviço do rei (casa real): *Igreja ou mar ou casa real*. (JPM, p. 273). Esta parémia, recolhida já

¹¹⁴ Cf. Mattos e Silva (2008, pp. 17-18).

¹¹⁵ De acordo com Oliveira Marques (1964, p. 3), a partir do séc. XIII, as viagens dos Cruzados começaram a ser substituídas pelo comércio marítimo.

por Delicado (1651, p. 170) e que aqui surge reduzida à sua mínima dimensão, apresenta uma variante mais longa e explícita: *Três coisas fazem ao homem medrar: a ciência, o mar e a Casa Real*. (JPM, p. 611), atestada também em Delicado e em Bento Pereira, embora com pequenas variações: *Tres cousas fazem ao homem medrar sciencia, & o mar & casa Real*. (Delicado, p. 75); *Tres cousas ao homem fazem medrar, sciencia, mar, & casa real*. (Bento Pereira, p. 123). Note-se que, nestas últimas variantes, a via religiosa foi substituída pela via da ciência, ou seja, o homem instruído, o letrado, também ele pertence a uma classe social privilegiada, próxima da nobreza e do clero (de que ele amiúde faz parte)¹¹⁶.

§1.1. O sagrado e o mar

As viagens por mar ou a pesca marítima caracterizam-se pela imprevisibilidade e pelo perigo iminente. Por isso se afirma: *Se queres aprender a orar entra no mar*. (JPM, p. 578). Este provérbio, atestado em Delicado (1651, p. 36) e em Bento Pereira (1655, p. 121), apresenta a variante: *Se queres aprender a rezar passa o mar*. (JPM, p. 579). Confronte-se com o provérbio semanticamente próximo: *Quem anda no mar aprende a rezar*. (JPM, p. 495). Com efeito, todo o homem do mar nutre um profundo respeito por Deus, pedindo a proteção divina antes de embarcar, porque *Com Deus adiante o mar é chão*. (JPM, p. 151), provérbio que remonta, pelo menos, ao séc. XVI, sendo atestadas duas variantes: *Deus diante, he o mar chão*. (Hernán Núñez, 1555, n^o 2062 (f.33v)) e *Deos diante e o mar chão*¹¹⁷. (Eufrosina, 1555, p. 91, l. 5). No séc. XVII, mais precisamente em Delicado (1651, p. 106), ocorre a variante: *Deus diante, o mar he chão*.

¹¹⁶ Cf. Oliveira Marques (1964, p. 4).

¹¹⁷ Dado que o étimo da palavra *chão* é PLANU- (étimo também da palavra *plano*), torna-se claro que o nome composto *mar chão* significa “mar plano”, “sem ondulação”. Ainda na *Comédia Eufrosina* (1555, p. 228, ls. 8-9) surge o provérbio subvertido: *dinheiro faz o mar chão*, numa referência clara ao poder económico.

Os rituais coletivos em que a gente do mar pede a proteção divina, nomeadamente, os cultos religiosos como o de «Nossa Senhora da Boa Viagem» ou as procissões como a de «Nossa Senhora dos Navegantes», ainda hoje se realizam em comunidades de pescadores, em Portugal: *A fé te salve, nanja o pau da barca*¹¹⁸. (RM, p. 736), apresenta em Machado a variante: *A fé é que nos salva e não o pau da barca*. (JPM, p. 30), com a construção enfática *é que*.

Em situações de perigo iminente e de desespero até os menos crentes recorrem a Deus: *Quando o corsário promete missas e cera, por mal anda o galeão*. (JPM, P. 483), já assim em Delicado (1651, p. 90). Porém, quando a oração é apenas fruto de um momento de perigo, de uma profunda aflição momentânea, a fé não é duradoura: *Rio passado, santo esquecido*. (JPM, P. 564), que apresenta a variante: *O rio passado, o Santo nam lembrado*. (Delicado, 1651, p. 108).

§1.2. A importância do sal

O sal é o condimento mais vulgarmente utilizado e desempenha diversas funções: a de conservação dos alimentos, por meio da salga ou salmoura¹¹⁹; uma função dietética, ao tornar os alimentos mais digestos; e uma função gastronómica, ao melhorar-lhes o sabor, tornando-os mais agradáveis ao paladar¹²⁰. São treze os provérbios listados que aludem ao sal, às suas funções e ao seu valor: *O sal quanto salga tanto vale*. (JPM, p. 421), assim também em Núñez (1555, n° 5704, p. 298 (f. 90v)). Efetivamente, o sal é um bem precioso (não esqueçamos que está na origem da palavra *salário*) e, conseqüentemente, *O taleigo de sal quer cabedal*. (RM, p. 807). Este provérbio surge já assim em Delicado (1651, p. 70).

¹¹⁸ Segundo o dicionário de Cândido de Figueiredo, *nanja* é um advérbio, de uso popular, e significa «Não; mais não. Nunca», sendo formado de *não* + *já*.

¹¹⁹ A salmoura consiste numa solução mais ou menos concentrada de sal em água onde se conservam os alimentos (por exemplo, azeitonas

¹²⁰ Cf. Flandrin (2001=1996, p. 100).

Quanto à parémia *Não tem sal nem onde o deitar*. (JPM, p. 362), apresenta em Delicado (1651, p. 151) a variante: *Nam tem sal, nem em que o deitar* e ilustra uma situação de carência económica extrema, já que o sal era (e ainda é) usado para temperar os alimentos mas também era essencial para a sua conservação. Consequentemente, não ter alimentos para conservar em sal ou para com ele temperar era sinónimo de não ter o que comer.

Referindo-se especificamente à importância do sal no tempero dos alimentos, temos a parémia *Um ovo há mister sal e fogo*. (JPM, p. 620), com a variante *Hum ovo, quer sal, & fogo*. (Delicado, 1651, p. 125). Paradoxalmente, a variante apresentada por Machado aparenta ser mais antiga, contendo o predicado nominal arcaico *haver mister*, com o sentido de *precisar, necessitar*.

Quanto à função de conservação dos alimentos, por meio de salga ou salmoura, o sal revelou-se fundamental para a conservação da carne, do peixe e de outros alimentos. Já na Idade Média, segundo Oliveira Marques (1964, p. 10), se fazia grande uso da secagem e salga (e da defumação) para conservar vários alimentos, entre os quais o peixe, durante períodos mais longos, possibilitando o seu transporte para o interior do país e inclusive a sua exportação¹²¹. Efetivamente, a salga é um processo artesanal utilizado já pelos fenícios para a conservação dos alimentos e, apesar de ainda hoje se utilizar, o seu emprego era fundamental antes de se poder conservar pelo frio, ou seja, antes da invenção do frigorífico, daí que se dissesse: *Não mates mais do que podes salgar*. (JPM, p. 352). Contudo, nem todo o pescado parecia conservar as suas qualidades por meio da salga, sendo aconselhável que algumas das espécies piscícolas fossem ingeridas ainda frescas: *Da pescada a rabada, fresca que não salgada*. (JPM, p. 171), que apresenta a variante mais curta: *De pescada, a rabada*. (Deli-

¹²¹ De acordo com Oliveira Marques (1964, p. 2), na Idade Média, Portugal já exportava sal, nomeadamente, para os países nórdicos e exportava sardinha (defumada) para Sevilha e Aragão, nos fins do séc. XIV, e pescada seca para Castela. (*Idem*, p. 10).

cado, 1651, p. 123). Além disso, a salga tem de ser feita atempadamente: *Peixe podre, sal não cura.* (JPM, p. 454).

Por último, a parémia *Não te hás-de fiar senão (daquele) com quem comeres um moio de sal.* (JPM, p. 361), atestada já em 1555, em Núñez (nº 5021, p. 295 (f. 80r)) e em Delicado (1651, p. 163), apresenta em Bento Pereira (1655, p. 113) a variante: *Nam te **deues** fiar senam daquelle com quem **ja** comeste hum moio de sal*¹²², que contém um verbo auxiliar modal diferente, a inclusão do advérbio de tempo já e o verbo *comer* na 2ª p. sg. do pretérito perfeito do indicativo. Esta parémia ilustra a prática ancestral de partilhar o sal durante os banquetes, porque simbolizava a relação amistosa entre os convivas¹²³. Segundo Francis Joannès (2008=1996, p. 43), nas primeiras civilizações, «a imagem do sal partilhado durante a refeição é já o símbolo do laço que une duas pessoas: «o homem do meu sal» (*amêlu ša tabtiya*) assinala o amigo, aquele com quem se partilha o sal.» Assim, esta parémia adverte para a necessidade de partilhar o equivalente a 60 alqueires de sal com alguém, para que o conheçamos bem e possamos nele confiar.

§2. O rio

À semelhança do mar, também o rio pode ser fonte de riqueza e, por isso, resultar apetecível morar nas suas cercanias: *Mato e rio, Deus mo dê por vizinho.* (JPM, p. 306), assim também em Delicado (1651, p. 9). Contudo, nem sempre os cursos fluviais podem ser transpostos, daí o provérbio *Todos os caminhos vão dar à ponte, quando o rio vai de monte em monte.* (RM, p. 387), que já aparece atestado em Núñez (1555, p. 308, nº 7884 (f. 125v)), embora com uma pequena variação: *Todos los caminos vaon ter à ponte quando os rios vaon de monte a monte.* Surge ainda uma terceira variante, em Delicado (1651, p. 36): *Todos os caminhos vão ter à ponte, quando o rio vay de monte amonte.* Quanto ao significado, este pro-

¹²² O moio corresponde, segundo Figueiredo (1939), a uma «Antiga medida de capacidade, equivalente a 60 alqueires».

¹²³ Cf. Flandrin (2008 = 1996, pp. 22-23).

vérbio assegura que, quando o rio vai cheio (*de monte a monte*), a única via possível para mudar de margem é a ponte. Confronte-se a variante quinhentista presente na *Comédia Ulissipo: quando o rio vay cheyo todos os caminhos vão ter á ponte* (*Ulissipo*, Acto I, Scena I, p. 20 e Acto III, Scena VI, p. 223), que coloca em posição inicial de frase a oração subordinada adverbial temporal.

Quanto à parémia *Rio torto, duas vezes se passa*. (JPM, p. 564), ela surge atestada no séc. XVI, em Núñez (1555, n° 7231 (f. 115v)), curiosamente com a variante *Rio torto, onze vezes se passa*. Porém, já na segunda metade do séc. XVII, em Delicado (1651, p. 36), apresentava variação do numeral: *Rio torto, dez vezes se passa*. Quanto ao sentido global da parémia, Leonardo Mota (1987, p. 206), no seu *Adagiário brasileiro*, afirma que *Rio torto se passa dez vezes* significa que «Com espertalhões são precisos muitos entendimentos». De salientar que esta variante brasileira conserva o numeral (*dez*) que consta em Delicado.

Por último, a parémia *Vai a moça ao rio, conta o seu e o do seu vizinho*. (RM, p. 399), que Delicado (1651, p.141) registou com pequena variação: *Vai a moça ao rio, conta o seu & o de seu vizinho*, mostra-nos o rio como um local de sociabilização, em que a moça, pela sua juventude e inexperiência, não sabe guardar segredo, tornando público não só o que a si diz respeito como também o alheio¹²⁴.

§3. A arte de marear

«A navegação», tal como afirma Domingues (2009, p. 34), «era essencialmente uma actividade empírica». Marear era uma arte, sinónimo de perícia náutica adquirida com a experiência, a observação da esfera celeste e dos fenómenos climáticos: *Quando a Roca tem capelo, colhe a vela e vai-te ao Restelo*. (JPM, p. 478). Este provérbio arcaico, já atestado em Núñez (1555, p. 300, n° 6299 (f. 100v)), advertia que, quando o Cabo

¹²⁴ Cf. a parémia arcaica *Axa foy ao banho, teve que contar anno*. (Delicado, 1651, p. 135).

da Roca estava coberto de nuvens, se aproximava uma tempestade, sendo, portanto, aconselhável regressar ao Restelo. Também o provérbio *Polar pelo velacho, dois pingos de água, Terreiro do Paço*. (JPM, p. 463) tem um valor didático, pois visava instruir os marinheiros para que, quando voltavam do Brasil, soubessem ao ver a estrela polar pelo pau do velacho, que se encontravam próximos de Lisboa. Além disso, como afirma Pedro Chaves (1928, p. 10, nota 2), se nessa altura chovesse «e como quasi sempre a chuva é acompanhada de vento do sul, soprando esse vento, a chegada a Lisboa era muito rápida.»

A navegação adequada era fulcral, pois as embarcações estavam sujeitas às intempéries, às marés, aos ventos. Tendo em conta os perigos que enfrentavam todos os que encetavam viagens marítimas, não se podia avaliar antecipadamente se chegariam a bom porto: *Jornada de mar não se pode taxar*. (JPM, p. 279), já referido por Delicado (1651, p. 34). Por essa mesma razão se aconselha: *Quem tem pressa vai por terra, que viagens por mar não são de fiar*. (RM, p. 699), que apresenta a seguinte variante: *Quem tem pressa vai por terra que por mar pode afogar-se*. (JPM, p. 553). Em suma, *Antes na estrada em carro velho do que no mar em navio novo*. (JPM, p. 83).

Alguns provérbios aludem especificamente à época dos Descobrimentos e da expansão ultramarina: *Quem passar o Cabo Não voltará ou não*. (JPM, p. 365). A viagem marítima para a Índia comportava riscos enormes, tanto mais que, como refere Domingues (2009, p. 32), “as marés e os ventos que os haviam empurrado para sul tornavam-se obstáculos quando tentavam voltar”: *Quem passar o Cabo Não voltará ou não*. (JPM, p. 535) ou *À Índia mais vão do que tornam*. (JPM, p. 35).

De referir ainda que as viagens por mar, devido à sua duração e ao espaço limitado das embarcações, convidavam ao convívio, permitindo travar amizades¹²⁵: *Barca, jogo e caminho, de estranho fazem amigo*. (JPM, p. 110), parémia já atestada em Delicado (1651, p. 17).

¹²⁵ Além disso, por vezes, o perigo e a adversidade podem aproximar inesperadamente as pessoas.

Quanto à tipologia das embarcações, os provérbios listados contêm referências a dez embarcações distintas, de pequena e grande dimensão, para viagens de curta e longa distância. Vejamos, a propósito, o quadro I.

Quadro 1: Tipos de embarcação

Embarcação	Provérbios	Frequência
Baixel	<i>Ao baixel sem esperança Deus depara o porto.</i> (JPM, p. 86)	1
Barca	<i>Barca sem coberta, sepultura aberta.</i> (RM, p. 736) Var.: <i>Barco sem coberta, sepultura certa.</i> (RM, p. 736)	9
Barqueta	<i>Se não for nesta barqueta, irá noutra que se calafeta.</i> (JPM, p. 576) Var.: <i>Se nam for nesta barqueta, irá na outra que se calafeta.</i> (Delicado, 1651, p. 77)	1
Barco	<i>Barco perdido dá à costa.</i> (JPM, p. 110)	20
Batel	<i>Quem não olha adiante, do mar que vir não se espante.</i> (RM, p. 699) Var.: <i>Quem não olha adiante, dá, como batel, à costa.</i> (Auto dos Dois Irmãos, 399, apud Casanovas, p. 390, nº 3611)	1
Galé	<i>Vogue a galé, venha o que vier.</i> (JPM, p. 636)	1
Galera	<i>Mais vale um palmo de vela do que cem remos de galera.</i> (RM, p. 737)	1
Galeão	<i>Quando o corsário promete missas e cera, por mal anda o galeão.</i> (JPM, p. 483) = (Delicado, 1651, p. 90)	1
Nau	<i>Naus da Índia, Deus as leva, Deus as traz.</i> (JPM, p. 365)	4
Navio	<i>Navio sem leme, naufrágio certo.</i> (JPM, p. 365)	11

Fonte: Elaboração da autora, 2021

Como podemos observar no quadro I, o barco é a embarcação mais frequente (com 20 ocorrências), seguido de navio (com 11 paréias populares) e, em terceiro lugar, a barca (com 9 provérbios). De salientar também que várias embarcações referidas nos provérbios são antigas e já não são utilizadas. É o caso, por exemplo, da nau, da galé, da galera, do galeão, entre outras.

Quanto a *barco* é o termo mais neutro, pois não especifica o tipo nem a dimensão da embarcação. Pelo contrário, *navio*, segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa, doravante *DLPC*, corresponde a uma «Embarcação, geralmente de grande tonelagem, destinada a viagens de longo curso». Veja-se o provérbio: *Quem não tem que fazer arme navio ou tome mulher*. (JPM: 532), que surge já assim em Delicado (1651, p. 173). Este provérbio é semanticamente próximo de um outro, atestado no séc. XVI, na *Comédia Ulissipo* (Acto V, Scena I, p. 292): *quem quizer ter negocio sobejo faça nao, ou tenha trato com molher. Com efeito, a nau* designa uma antiga embarcação de grande dimensão, mais especificamente, de acordo com o *DLPC*, corresponde a um “Antigo navio de vela de dois, três ou quatro mastros principais, armação redonda, grande calado e borda alta, com castelos de proa e popa elevados, usado no transporte de mercadorias ou na marinha de guerra”. Por conseguinte, armar um navio ou construir uma nau, dado que ambos são embarcações de grande porte, levaria muito tempo, exigindo um grande esforço e poder económico.

No que concerne à barca, esta embarcação é «larga e pouco funda», e «serve para o transporte local de cargas e, às vezes, de passageiros» (*Idem, ibidem*). Efetivamente, o provérbio *Quem mais mete na barca, mais saca*. (JPM, p. 518), já assim no séc. XVI, na *Comédia Ulissipo* (Acto III, Scena VI, p. 230), e um século mais tarde em Bento Pereira (1655, p. 119), refere-se literalmente ao transporte de mercadorias (embora possua também um sentido figurado). De facto, o comércio marítimo de

curta e longa distância foi fundamental para a história econômica de Portugal e encontra-se referido em várias parémiias populares: *Vede-la vai, vede-la vem, como barco de Sacavém*. (RM, p. 401) faz referência a viagens regulares de curta distância. Note-se que Delicado (1651, p. 36) já a inclui na sua obra Adágios. Confronte-se, a propósito, a parémia do séc. XVI: *Eis-me vou, eis-me venho, como barca de carreira*. (*Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, CCIII, a,1, *apud* Casanovas, p. 158, n° 1343). Ambas as parémiias têm, contudo, um sentido figurado, estabelecendo uma comparação entre a embarcação que navega sem parar fazendo um dado trajeto e alguém que não cessa de ir e vir.

Por último, alguns dos provérbios contêm termos náuticos que correspondem a partes da embarcação ou aos seus instrumentos, nomeadamente, *calabre, remos, quilha, agulha, velas, coberta, velacho, leme e escota*. Veja-se, a título meramente ilustrativo, o provérbio náutico: *Ao leme quem quiser e à escota quem souber*. (JPM, p. 88), que apresenta a variante: *Ao remo, quem quiser e à escota, quem souber*. (RM, p. 736). Este provérbio frisa a importância da escota¹²⁶ e a perícia que exige o seu manejo.

§ 4. A gente do mar e os seus ofícios

Os ofícios da gente do mar nos provérbios listados são treze e estão representados no quadro 2.

¹²⁶ *Escota* é um termo náutico que, segundo o DLPC, designa um “cabo ligado à extremidade inferior das velas de um navio, que se usa para as governar e expor melhor à ação do vento.”

Quadro 2: Os ofícios da gente do mar

Ofícios	Provérbios	Frequência
Arrais	<i>Quando o arrais canta bem vai o barco.</i> (JPM, p. 483) <i>Var.: Bem vai o barco quando o arrais canta.</i> (JPM, p. 115) <i>Var.: Quando o arrais canta boa vai a maré.</i> (JPM, p. 483) <i>Var.: Quando marinheiro canta, bem vai o barco.</i> (RM, p. 700)	2
Barqueiro	<i>Barqueiro a barqueiro não leva dinheiro.</i> (JPM, p. 110)	2
Bolineiro	<i>Bolineiro soía ser, tornei-me a meu mister.</i> (JPM, p. 119) <i>Var.: Bolineiro sohia a ser, torneime a meu mister.</i> (Delicado, 1651, p. 146)	1
Corsário	<i>De corsário a corsário, não se perdem mais que os barris.</i> (JPM, p. 175) = (<i>Eufrosina</i> , 1555, p. 52, ls. 8-9) = (Delicado, 1651, p. 111)	2
Homem do mar	<i>Homem do mar cabeça no ar.</i> (JPM, p. 267)	2
Marinheiro	<i>Águas mansas não fazem bons marinheiros.</i> (JPM, p. 69)	11
Marujo	<i>Quando há gente para marujo, há gente para tudo.</i> (JPM, p. 481)	2
Mestre	<i>Barco de muitos mestres dá na costa.</i> (JPM, p. 110)	1
Peixeira	<i>Peixeira que não mente na bolsa o sente.</i> (JPM, p. 454)	1
Pescador	<i>Quem pesca um peixe pescador é.</i> (JPM, p. 537) = (Delicado, 1651, p. 150)	9
Piloto	<i>Dois pilotos fazem um barco ir ao fundo.</i> (JPM, p. 202)	3
Sardinheiro	<i>Sardinheiro vende sardinha e come galinha.</i> (JPM, p. 572)	1
Timoneiro	<i>Timoneiro que não marca, mal vai à barca.</i> (RM, p. 737)	1

Fonte: Elaboração do autor, 2021

O ofício com maior número de ocorrências é o de *marinheiro* com 11 ocorrências, seguido do de *pescador*, que ocorre em 9 provérbios. Além destes dois ofícios, que ainda hoje se mantêm, surgem outros como: *Bolineiro soía ser, tornei-me a meu mister*¹²⁷. (JPM, p. 119), já atestado em Delicado (1651, p. 146), embora com pequena variação: *Bolineiro sohia a ser, torneime a meu mister*, já que apresenta a preposição *a* (*soer a ser*), que não consta em Machado. Este provérbio apresenta uma construção léxico-sintática arcaica e alude ao ofício de *bolineiro*. *Bolineiro* designa o indivíduo que é exímio a navegar à bolina (ou *bolinar*), que, segundo o *DLPC*, consiste em «Navegar com a vela enviesada de modo a receber o vento de lado».

Quanto à parémia *De corsário a corsário, não se perdem mais que os barris*. (JPM, p. 175), surge já assim quer na *Comédia Eufrosina* (1555, p. 52, ls. 8-9), quer em Delicado (1651, p. 111), mas na *Comédia Ulissipo* (Acto I, Scena VI, p. 80) apresenta a variante *de cossario a cossario perdem-se os barris*. Esta parémia faz referência à atividade corsária que Francisco Domingues (2009, p. 31) considera como tendo sido “um modo de vida normal em todos os países europeus com actividade marítima durante o período medieval tardio”. Efetivamente, os piratas assolavam os mares, pilhando tudo o que encontravam. Esta parémia tem como sentido global que o furto praticado entre ladrões não é considerado um delito grave. Confronte-se o provérbio: *Ladrão que rouba a ladrão tem cem anos de perdão*. (JPM, p. 282).

Por último, a comercialização do pescado surge no dialogismo Assim fedemos, que fará se peixe vendermos? (JPM, p. 104), assim também em Delicado (1651, p. 175), estando os ofícios que consistem nessa comercialização expressos em provérbios como *Sardinheiro vende sardi-*

¹²⁷ Pedro Machado indique a fonte deste provérbio como sendo Delicado, o provérbio que apresenta difere da variante registada em Delicado ao não apresentar a preposição *a* em *soía ser*.

nha e come galinha. (JPM, p. 572) e *Peixeira que não mente na bolsa o sente.* (JPM, p. 454), ilustrando este último provérbio a única profissão feminina nos provérbios do mar.

§ 5. A atividade piscatória

Os hábitos alimentares e as atividades de recolção para a obtenção de alimentos são, para épocas mais remotas, resultado da fauna e flora locais que, por sua vez, dependem diretamente da geografia, do clima e das condições do solo. Em Portugal, dada a extensão da sua costa, o mar é uma presença constante e a pesca constituiu desde cedo (e ainda constitui) uma atividade fundamental para a subsistência de algumas comunidades situadas junto ao litoral de Portugal Continental e, sem dúvida, de Portugal Insular. Recolhemos 34 provérbios referentes à faina piscatória, indicando, entre outros aspetos, qual a época do ano em que se deve renunciar a ir para o mar pescar, visto que a pesca, tal como a caça, é uma atividade sazonal, sujeita às mudanças de estação, ou seja, a pesca no Inverno é mais arriscada e o pescado mais escasso: *Outubro, Novembro e Dezembro não busques o pão no mar, mas torna a teu celeiro e abre (o) teu mealheiro.* (JPM, p. 438), já assim em Delicado (1651, pp. 11 e 189). Porém, na mesma obra seiscentista, surge uma variante mais curta, sem a última parte do provérbio: *Outubro, Novembro, Dezembro, nam busques, o pam no mar.* (Delicado, p. 70). A pesca, além disso, é uma atividade cujo sucesso é imprevisível: *Pesca e fortuna uma vez muita, outra nenhuma.* (JPM, p. 460), ou ainda *Nem de cada malha peixe, nem de cada mata feixe.* (JPM, p. 368), assim também em Delicado (1651, p. 32). Mas, em 1555, Núñez regista uma variante deste provérbio: *Ni de cada malla peixe, ni de cada mato feixe.* (p. 296, n.º 5148 (f. 82r)). Uma terceira variante surge em Bento Pereira (1655, p. 113), desta vez com *mouta em lugar de mato ou mata: Nem de cada malha peixe, nem de cada mouta feixe.* Este provérbio parece fazer referência à pesca com malhada, técnica utilizada no Portugal medieval, segundo Pereira (2012, p. 48). Note-se ainda que J. Pedro

Machado atesta a existência de uma quarta variante com *covo* em vez de *malha*: *Nem em cada covo peixe, nem em cada mata feixe.* (JPM, p. 368). O covo é um utensílio de pesca semelhante a um cesto, comprido e afunilado, usado para a pesca fluvial e para a pesca costeira.

Também a pesca de cana está presente nos provérbios: *Pescador de cana mais come do que ganha, mas quando a dita corre mais ganha do que come.* (JPM: 460), já assim em Delicado (1651, p. 33). Contudo, Bento Pereira (1655, p. 117) cita apenas a primeira parte: *Pescador de cana, mais come do que gana.* Confronte-se com o provérbio recolhido oralmente de um pescador: *Pesca de cana é fome que esgana.* (recolhido em Cascais, a 06 abr. 2021).

Quanto à pesca com redes, ela está expressa no provérbio: *Redes no mar, moinhos de vento, bens de padres, pomares de pessegueiros, bens de rendeiros, chegam a segundos, mas não chegam a terceiros.* (JPM: 562), que faz referência à duração e perecibilidade das redes.

§ 6. O pescado

Durante séculos, o peixe foi considerado um alimento pouco nutritivo¹²⁸ e ainda hoje pessoas mais idosas continuam a dizer: *Peixe não puxa carroça.* (JPM, p. 454). Também o provérbio: *Se o mar dá uma boa ceia, não dá um bom jantar.* (JPM, p. 578) resulta da ideia que o peixe não alimenta tanto como a carne. Esta parémia alude às duas principais refeições do dia que, na Idade Média, se designavam *jantar* (refeição ingerida a meio do dia, atualmente denominada *almoço*) e *ceia* (termo usado para a refeição da noite, atualmente designada *jantar*)¹²⁹. Assim, segundo esta

¹²⁸ Massimo Montanari (2008=1996, p. 254), a propósito da pesca na Alta Idade Média afirma: “o peixe é menos apreciado que a carne, não só por razões dietéticas [...] mas também por questões de imagem: segundo uma praxis apurada nos mosteiros, a Igreja faz dele substituto da carne em caso de penitência”.

¹²⁹ De acordo com Oliveira Marques (1964, p. 7), “As duas refeições principais do dia eram o jantar e a ceia. Jantava-se, nos fins do século XIV, entre as 10 e as 11 horas da manhã, [...]. Ceava-se pelas 6 ou 7 horas da tarde”.

parémia arcaica, como a refeição da noite deve ser mais ligeira, o peixe pode ser mais apropriado para a refeição do fim do dia, sendo, porém, insuficiente para a refeição que se faz a meio do dia.

Como anteriormente referimos, a pesca é uma das modalidades da produção alimentar de Portugal e decerto não deve ser entendida como a de somenos importância, pois, embora a presença do mar (ou de cursos fluviais) permita uma economia de subsistência e de consumo direto, não se resume a isso, uma vez que já na Idade Média uma parte do pescado era exportado para fora do reino de Portugal¹³⁰. De facto, quer as águas fluviais quer as do Oceano Atlântico apresentam uma enorme diversidade de espécies piscícolas, mais precisamente, segundo M. J. Costa (2018, p. 214), em Portugal há 1103 espécies de peixes. Atualmente, Portugal é o maior consumidor de peixe da União Europeia. A importância do peixe no regime alimentar dos portugueses é, pois, inquestionável e está representada nos provérbios portugueses. Efetivamente, recolhemos 66 provérbios que aludem a 26 peixes específicos. Além disso, registámos 1 parémia que se refere a um crustáceo (*caranguejo*), 5 provérbios que aludem a moluscos (*choco* (1), *lapas* (3) e *mexilhão* (1)), e 2 provérbios a cetáceos (*baleia*). Em suma, no total, registámos 72 referências a pescado. Confronte-se o quadro 3.

¹³⁰ Cf., nomeadamente, Pereira (2012) e Oliveira Marques (1964, p. 10).

Quadro 3: Parémias populares com espécies piscícolas

Pescado ¹³¹	Parémias populares	Frequência
Abrótea	<i>Tudo se quer em seu tempo e a abrótea pelo Advento.</i> (RM, p. 764)	1
Bacalhau	<i>Por São Silvestre o bacalhau é peste.</i> (JPM, p. 468)	2
Barbo	Quando o trigo é louro é o barbo como um touro. (JPM, p. 485). Var.: <i>Quando o trigo he louro, he o barbo como touro.</i> (Delicado, 1651, p. 187)	2
Besugo	<i>A cabeça do besugo, come o sisudo e a da boga, dá à sua sogra.</i> (RM, p. 20). Var.: <i>A cabeça do vesugo come o sesudo, & da boga dá a sua sôgra.</i> (Delicado, 1651, p. 60)	4
Bodião	<i>Bodião em Janeiro vale um carneiro.</i> (RM, p. 430)	1
Boga	<i>Por São Marcos bogas a sacos.</i> (RM, p. 299) = (Delicado, 1651, p. 149)	3
Cação	<i>No S. João, cação na mão.</i> (ASG, p. 89)	1
Charro	<i>Charro do alto em Janeiro, vale como carneiro.</i> (RM, p. 430)	1
Enguia	<i>Enguia em empada, lampreia em escabeche.</i> (JPM, p. 227) = (Delicado, 1651, p. 124)	3

¹ Os peixes são designados, no quadro acima, pelos seus nomes vulgares, tal como surgem nos provérbios. Não incluímos os seus nomes científicos, porque a correspondência entre o nome vulgar e o nome científico, em muitos casos, não é biunívoca. Assim, como esclarece Maria José Costa (2018, p. 8), um nome vulgar pode designar mais de uma espécie piscícola (é o caso, por exemplo, da raia ou da lampreia). Inversamente, uma mesma espécie pode ser designada por mais de um nome vulgar, por exemplo, marmota e pescada; petinga e sardinha; ou, ainda, jaquinzinhos, carapaus e chicharros. Nestes casos, os diferentes nomes vulgares correspondem a diferenças de tamanho (a marmota é a pescada pequena, a petinga é a sardinha pequena e o jaquinzinho designa o carapau pequeno enquanto o chicharro corresponde ao carapau grande).

Escalos	<i>Escalos em Janeiro têm o sabor de carneiro.</i> (JPM, p. 231)	1
Faneca	<i>A faneca, com três efes – fresca, fria e frita.</i> (RM, p. 430)	1
Goraz	Goraz de Janeiro vale carneiro. (JPM, p. 259). Var.: <i>Goraz de janeiro vale um carneiro.</i> (Casanovas nº 1547, p. 180)	1
Lampreia	<i>A lampreia faz a bolsa feia.</i> (JPM, p. 36)	3
Pargo	<i>Trigo loiro, pargo toiro.</i> (JPM, p. 612)	1
Peixe cabra	<i>Peixe cabra no S. Miguel, nem o vendas nem o dês; guarda-o para ti e tua mulher.</i> (ASG, p. 89)	1
Pescada	<i>Do peixe a pescada, da carne a perdiz.</i> (JPM, p. 200). Var.: <i>Do peixe a pescada, & da carne a perdiz.</i> (Delicado, 1651, p. 123)	4
Raia	<i>Raia em Janeiro é como carneiro.</i> (ASG, p. 89)	3
Robalo	<i>O robalo, quem o quiser há-de escamá-lo.</i> (JPM, p. 420)	2
Salema	<i>Trigo loiro, salema no coiro.</i> (JPM, p. 612)	1
Salmão	<i>Salmão e sermão têm na Quaresma a sua estação.</i> (JPM, p. 569)	2
Salmonete	<i>Às vezes custa mais o salmonejo que o coelho.</i> (JPM, p. 102) = (Delicado, 1651, p. 61)	1
Sardinha	<i>Em casa não tens sardinha, na alheia pedes galinha.</i> (JPM, p. 218). Var.: <i>Em tua casa nam tens sardinha, & na alheia pedes galinha.</i> (Delicado, 1651, p. 57)	21
Sargo	<i>O sargo é bom quando as canas espigam.</i> (JPM, p. 421)	2
Sável	<i>Sáveis por São Marcos, enchem os barcos.</i> (JPM, p. 572) = (Delicado, 1651, p. 150)	4

Solha	<i>A solha no tempo do milho, come-a com o teu amigo.</i> (RM, p. 430)	4
Truta	<i>Não se pescam trutas de bragas enxutas.</i> (JPM, p. 358). Var.: <i>Não se ganhaõ truitas a bragas enxutas</i> (<i>Ulissipo</i> , Acto I, Scena IX, p. 99; Acto II, Scena V, p. 130).	5

Fonte: Elaboração da autora, 2021

O peixe que ocorre mais frequentemente nos provérbios listados é a sardinha, *Sardina pilchardus*, com 21 provérbios, o que se deve muito provavelmente ao facto de ser a espécie “mais capturada em águas continentais portuguesas, ocorrendo também na Madeira”, segundo M. J. Costa (2018, p. 49). Segue-se a truta que surge em 5 provérbios e, em terceiro lugar, ocorrem o besugo, a pescada, o sável e a solha, com 4 provérbios cada.

O regime alimentar é ainda hoje um fator de diferenciação social e, no que concerne às espécies piscícolas, nem todas têm igual valor comercial: *A lampreia faz a bolsa feia.* (JPM, p. 36). A lampreia é um peixe cujo custo elevado o torna acessível apenas para os economicamente desafogados e, conseqüentemente, é indicador de um estatuto social elevado. Algum do pescado pode, inclusive, atingir preços mais elevados do que a carne: *Às vezes custa mais o salmonejo que o coelho.* (JPM, p. 102), já assim em Delicado (1651, p. 61). Ora, as classes economicamente mais favorecidas privilegiavam a carne, e o consumo de peixe era associado às penitências impostas pela Igreja Católica, pois a carne encontrava-se entre as várias interdições alimentares, daí o provérbio: *A Quaresma, & a cadea para pobre he feita.* (DELICADO, 1651, p. 150). Note-se que as prescrições religiosas de peixe resultavam da abstinência obrigatória da carne para todos os católicos¹³². Desta forma, a nobreza e o clero viam-se obrigados a consumir peixe cerca de 68 dias por ano. Daí o provérbio: *Salmão e sermão têm na Quaresma a sua estação.* (JPM, p. 569).

¹³² Esta restrição é um sinal de identidade religiosa (cf. Montanari, 2008=1996, p. 268).

Sendo a hierarquia dos gostos uma consequência do poder aquisitivo, os alimentos mais abundantes e menos dispendiosos vão caracterizar o regime alimentar das camadas populacionais economicamente menos favorecidas. É o caso da sardinha¹³³: *Sardinha que o gato leva, gualdida vai*. (JPM, p. 572), já assim no séc. XVI, mais precisamente na *Comédia Eufrosina* (1555, p. 214, ls. 15-16). *Gualdida* é um adjetivo arcaico formado por conversão a partir do particípio passado do verbo *gualdir* que, segundo Cândido de Figueiredo, significa «comer; gastar; dissipar». Este provérbio apresenta ainda a variante: *Sardinha que o gato leva, mal vai ela*. (JPM, p. 572). Em suma, observa-se a coexistência de uma variante arcaica e de variante atual na mesma recolha contemporânea (não tendo o autor da recolha sinalizado nem a variante arcaica nem a moderna).

Também o bacalhau, pescado nas águas frias dos mares do Norte e conhecido pelo povo português como “o fiel amigo”, embora não fosse muito apreciado, era acessível às camadas sociais economicamente desfavorecidas, sendo consumido depois de seco e salgado: *Amarelo, salgado, cru e mau, chama o povo ao bacalhau*. (JPM, p. 73).

CONCLUSÃO

O mar está muito presente na paremiologia portuguesa, que foca os vários aspetos com ele relacionados: a arte de marear, a religiosidade da gente do mar, a atividade piscatória, os ofícios relacionados com o mar, entre outros.

¹³³ Cf., a propósito, a expressão fixa Comer sardinha e arrotar tainha. (JPM, p. 157), com o sentido de “ufanar-se desmedidamente ou sem razão, exagerando os seus proventos”, mostra-nos que a sardinha é economicamente mais acessível do que a tainha. De notar, contudo, que a tainha é um dos peixes que atualmente já não é muito valorizado pelos portugueses na sua alimentação.

Os provérbios listados a partir de duas recolhas contemporâneas apresentam, contudo, um conjunto de arcaísmos lexicais, sintáticos e até semânticos. Dado que os provérbios são estruturas linguísticas com um elevado grau de fixidez, essa poderia ser a causa da conservação dos arcaísmos (sobretudo de vocabulário já caído em desuso). Porém, conscientes de que poderia existir outra razão possível (e até provável) – a cópia incessante (que ainda hoje vigora) de recolhas paremiográficas de épocas pretéritas, sem que se indique a fonte de cada provérbio –, resolvemos cotejar esses provérbios listados com os que constavam em recolhas dos sécs. XVI e XVII. Com efeito, das mais de três centenas de parémiias populares recolhidas (331 no total), 140 já constavam em, pelo menos, uma das seis recolhas dos sécs. XVI e XVII que consultámos. Verificámos, assim, a antiguidade de muitas destas parémiias populares e a razão para o facto de ilustrarem práticas culturais antigas.

Em suma, uma vez que, em geral, as obras paremiográficas não identificam a fonte dos provérbios, torna-se, por vezes, impossível perceber se a sua inclusão nas recolhas resulta: a) da cópia de outras anteriormente publicadas (porventura em séculos anteriores); b) fazem parte da competência paremiológica do autor; c) foram por ele recolhidos (e, nesse caso, quando e onde). Afigura-se-nos, por conseguinte, fundamental que o paremiógrafo faculte a informação da fonte e sinalize as parémiias (ou as suas variantes) que já caíram em desuso. Desse modo, evitar-se-á uma utilização inadequada por parte do leitor/utilizador da recolha. Dito de outro modo, se houver uma maior qualidade nas obras paremiográficas, resultado da adoção de critérios mais rigorosos na sua elaboração, estas obras tornar-se-ão mais úteis (porquanto mais fiáveis) para paremiólogos, tradutores e demais utilizadores.

REFERÊNCIAS

- CASANOVAS, C. F. F. **Provérbios e frases proverbiais do século XVI**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.
- CASTELEIRO, J. M. **Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea**. Academia das Ciências de Lisboa, 1ª ed., Lisboa: Editorial Verbo, 2001.
- CHACOTO, L. A produção fraseoparemiográfica. In: Ortiz Alvarez, M. L. (org.): **Tendências Atuais na Pesquisa Descritiva e Aplicada em Fraseologia e Paremiologia**. Anais, vol. I, Campinas, SP: Pontes Editores, 2012, p. 157-170.
- CHAVES, P. **Rifoneiro Português**. Porto: Imprensa Moderna, Lda, 1928.
- COSTA, J. R. M. **O Livro dos Provérbios Portugueses**. 2ª edição Revista e Ampliada, Lisboa: Editorial Presença, 2004 [1999].
- COSTA, M. J. **Peixes de Portugal**. Porto: Edições Afrontamento, 2018.
- DELICADO, A. **Adagios Portvgvezes Redvzidos a Lvgares Commvns**. Lisboa: Officina de Domingos Lopes Rosa, 1651.
- DOMINGUES, F. C. A Arte de Navegar. In: **Encompassing the globe – Portugal e o Mundo nos Séculos XVI e XVII**. Guia da exposição de 15 de julho a 11 de outubro de 2009, Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2009, p. 31-36.
- FIGUEIREDO, C. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 15ª edição, Lisboa: Livraria Bertrand, 1939.
- FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. **Histoire de L'Alimentation**, Paris: Librairie Arthème Fayard, 1996. [Trad. Portuguesa: **História da Alimentação**. vol. I – Dos primórdios à Idade Média, 2008, 2ª ed. vol. II – Da Idade Média aos tempos actuais, 2001, 1ª ed., Lisboa: Terramar].
- FLANDRIN, J. L. A humanização dos comportamentos alimentares. In: FLANDRIN, J.; MONTANARI, M. (coord): **Histoire de L'Alimentation**. 2008 [1996], p. 17-24.

_____. Condimentação, cozinha e dietética nos Séculos XIV, XV e XVI. In: FLANDRIN, J. L. & MONTANARI, M. (coord): **Histoire de L'Alimentation**, cap. XXVIII, 2001 [1996], p. 95-110.

GRAÇA, A. S. **O Poveiro – Usos, Costumes, Tradições, Lendas**. 4ª edição, 1ª ed.: 1932, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

JOANNES, F. A função social do banquete nas primeiras civilizações. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. (coord): **Histoire de L'Alimentation**, cap. II, 2008 [1996], p. 41-52.

LUZ, E. P. A. da. **Na Reversa do Vento: A Cultura Náutica da Costa da Lagoa – Florianópolis/SC**. 160 p. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2014.

MACHADO, J. P. **O Grande Livro dos Provérbios**. 1ª ed. 1996, Lisboa: Editorial Notícias, 2005.

MARQUES, A. H. O. **A Sociedade Medieval Portuguesa**. 1ª ed., Lisboa: Sá da Costa Editora, 1964.

MATTOS E SILVA, R. V. **O Português Arcaico – Uma aproximação**. vol. II, Lisboa: INCM, 2008.

MONTANARI, M. Estruturas de produção e sistemas alimentares. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. (coord): **Histoire de L'Alimentation**, cap. XVI, 2008 [1996], p. 251-259.

_____. Os camponeses, os guerreiros e os sacerdotes: imagem da sociedade e estilos de alimentação. In: FLANDRIN, J.L.; MONTANARI, M. (coord): **Histoire de L'Alimentation**, cap. XVII, 2008 [1996], p. 261-268.

MOTA, L. **Adagiário Brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

NÚÑEZ, H. **Refranes o Proverbios en Romance**. Edição crítica de Louis Combet, Julia Sevilla, Germán Conde Tarrío e Josep Guia i Marín. Madrid: Guillermo Blázquez, 2001 [1555].

PEREIRA, B. **Florilegio dos Modos de Fallar, e Adagios da Lingoa Portvguesa**. Lisboa: Por Paulo Craesbeeck, 1655.

PEREIRA, O. N. A. **Em torno da pesca, na costa Norte de Portugal, nos séculos finais da Idade Média (1292-1493)**. Dissertação de Mestrado em Estudos em História Medieval e do Renascimento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

PÉREZ MARTÍNEZ, H. **El Hablar Lapidário – Ensayo de Paremiología Mexicana**. Zamora, Mich.: El colegio de Michoacán, 1995.

PIRES, C. **Elucidário – Cidade de Olhão da Restauração**. Loulé: Ed. da autora, 2001.

VASCONCELLOS, J. F. **Comédia Eufrosina**. Texto de la Edición Príncipe de 1555 con las variantes de 1561 y 1566, edición, prólogo y notas de Eugenio Asensio, Tomo I, Biblioteca Hispano-Lusitana, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Patronato Menéndez Pelayo. Madrid: Instituto Miguel de Cervantes, 1951.

_____. **Comedia Vlysippo**, de Jorge Ferreira de Vasconcellos, 3ª edição, (Fielmente copiada por Bento José de Sousa Farinha). Lisboa: Offic. da Academia Real das Scienc., 1787.